

Boletim Informativo de Governo Aberto



EDIÇÃO ESPECIAL

BRASIL PROTAGONISTA NA AGENDA GLOBAL DE GOVERNO ABERTO

O segundo semestre de 2025 começou em ritmo acelerado, marcado pela visita da comitiva internacional da Parceria para Governo Aberto (OGP do inglês *Open Government Partnership*), que passou uma semana no Brasil promovendo diálogos e compartilhamento de experiências com o governo e a sociedade civil.

Essa intensa agenda sinaliza um semestre repleto de atividades, com destaque para a participação brasileira na Cúpula Global da OGP, na Espanha, e para a assunção da copresidência da Parceria, consolidando o protagonismo do país na agenda global de Governo Aberto.

Além dos marcos internacionais, o Brasil se dedica, internamente, à Revisão do 6º Plano de Ação Nacional de Governo Aberto e à elaboração da Estratégia Nacional de Governo Aberto, processos fundamentais para estruturar de maneira permanente a agenda de Governo Aberto no país, em diálogo com a sociedade civil.

Esta é uma edição especial, que atualiza você sobre todas essas novidades, com detalhes da visita da comitiva da OGP e dos preparativos do Brasil para assumir a copresidência da Parceria. Você confere também uma entrevista com Steph Muchai, representante da sociedade civil, que dividirá a copresidência com o Brasil, além dos destaques sobre cada um dos oito compromissos do 6º Plano de Ação do Brasil.

Uma ótima leitura!

CGU RECEBE

VISITA DE COMITIVA INTERNACIONAL DA OGP

Encontro aconteceu na primeira semana de julho e buscou fortalecer o diálogo da OGP com representantes do governo e da sociedade civil

A Controladoria-Geral da União (CGU) viveu, entre os dias 1 e 4 de julho, uma semana intensa de debates e trocas de experiências, ao receber entre os dias 1 e 4 de julho, quando recebeu a **visita da comitiva internacional da Parceria para Governo Aberto (OGP)**. O encontro buscou fortalecer o diálogo da OGP com representantes do governo e da sociedade civil, expandindo assim as oportunidades de colaboração e troca de experiências.

A visita ganha ainda mais relevância no contexto em que o Brasil se prepara para assumir, a partir de outubro deste ano, a copresidência da OGP, ao lado de Steph Muchai (Quênia), representante da sociedade civil.

Além de Steph Muchai, participaram dos encontros, por parte da OGP, o Chefe de Programas Globais da OGP, Paul Maasen; a Coordenadora Regional Sênior da OGP para as Américas, Carolina Cornejo; e o Líder de Redes de Campeões e Governança da OGP, Jaime Macedo. No primeiro dia de visita, a comitiva foi recebida pelo Ministro da CGU, Vinicius Marques de Carvalho, e pela Secretária Nacional de Transparência e Acesso à Informação, Livia Sobota, além de diretores da Secretaria Nacional de Acesso à Informação (SNAI).

Na ocasião, o ministro da CGU reforçou o compromisso brasileiro com a agenda de Governo Aberto, que coloca o cidadão como prioridade e adota medidas concretas para o fortalecimento da transparência das informações e atos governamentais, combate à corrupção, fomento à participação cidadã, responsabilidade na gestão dos recursos públicos, integridade nos setores público e privado. Sobre a copresidência, Carvalho destacou que o Brasil apresentará as perspectivas e experiências do Sul Global, “priorizando o fortalecimento do diálogo e da colaboração com países que buscam avançar em suas agendas de Governo Aberto”.



Ministro da CGU, Vinicius Marques de Carvalho, recebe a comitiva internacional da OGP (Foto: Kenzo Suzuki ASCOM/CGU)

“A TRANSPARÊNCIA CONTINUA SENDO UM PILAR FUNDAMENTAL DOS NOSSOS ESFORÇOS NACIONAIS PARA CONTRUIR UM ESTADO MAIS DEMOCRÁTICO E RESPONSIVO. E TAMBÉM O FOCO CENTRAL DO NOSSO PLANO NACIONAL DE INTEGRIDADE”. (Vinicius Marques de Carvalho – Ministro da CGU)

No decorrer da semana, os membros da comitiva participaram de uma série de encontros com autoridades do governo federal e representantes da sociedade civil. A agenda incluiu reuniões técnicas sobre o processo de **Revisão do 6º Plano de Ação**; sobre a elaboração da **Estratégia de Governo Aberto**, e sobre o **Compromisso 1 do 6º Plano de Ação** “Instrumentos para aprimorar transparência e participação social nas políticas públicas de infraestrutura”. A semana foi encerrada com a realização do evento “**Diálogo com a Sociedade Civil**”.



Galeria de fotos - Confira fotos da visita da comitiva da OGP no [Flickr da CGU](#)

VISITA DA COMITIVA DA OGP

REVISÃO DO 6º PLANO DE AÇÃO E ESTRATÉGIA DE GOVERNO ABERTO

Durante a visita da comitiva internacional da OGP, integrantes da Parceria, dirigentes da CGU e entidades da sociedade civil realizaram oficialmente a abertura dos processos de Revisão do 6º Plano de Ação e da construção da Estratégia de Governo Aberto do Brasil (EGA).

Participaram da reunião para lançamento desses dois processos a então Diretora de Governo Aberto e Transparência da CGU, Flávia Schmidt; a Coordenadora-Geral de Promoção de Governo Aberto, Fernanda Calado; e a Coordenadora Regional Sênior da OGP para as Américas, Carolina Cornejo. Também integraram o debate os membros do Comitê Interministerial de Governo Aberto (CIGA) e representantes de entidades da sociedade civil que participam do Grupo de Trabalho (GT) Temático de Governo Aberto, tais como a Transparência Internacional; a Fiquem Sabendo; a Transparência Brasil; e o IBRACEM (Instituto Brasileiro de Certificação e Monitoramento).

Durante a abertura do encontro, Flávia Schmidt ressaltou a oportunidade valiosa de reflexão conjunta sobre o andamento dos oito compromissos do 6º Plano de Ação do Brasil. “Governo Aberto só se constrói com pontes reais entre Estado e sociedade e contamos com esse espaço de colaboração com a sociedade civil para avançar nessa agenda, de forma que os resultados façam sentido para o Brasil e para as pessoas”, destacou Schmidt.

Já Carolina Cornejo apresentou as diretrizes da OGP para países com planos de quatro anos, como é o caso do 6º Plano de Ação do Brasil. Cornejo destacou que a Revisão do Plano a meio termo, que deve acontecer até junho de 2026, é um momento importante para avaliar os avanços, promover a inovação e a participação social, além de incorporar ajustes estratégicos.

“É importante que o país aproveite o processo de revisão do plano para aprimorar a implementação dos compromissos atuais e, principalmente, para renovar o compromisso político com a agenda de Governo Aberto.”

Carolina Cornejo - Coordenadora Regional Sênior da OGP para as Américas

Fernanda Calado apresentou a metodologia de Revisão do 6º Plano de Ação, que inclui a publicação do cronograma, para que a sociedade possa participar do processo, e a divulgação do feedback, para que o público saiba como as contribuições foram utilizadas.

REVISÃO A MEIO TERMO – Nos países que adotam planos com ciclos de quatro anos, a revisão obrigatória após o segundo ano de execução permite uma reflexão crítica sobre o progresso alcançado, proporcionando uma oportunidade para ajustar ou incluir novos compromissos que atendam às necessidades atuais da sociedade. É também um momento de ampla participação da sociedade civil.



Confira o detalhamento das cinco fases da metodologia de revisão do Plano:

Análise do Progresso: Avaliação do progresso dos compromissos, identificação de avanços e desafios, além de considerações sobre o contexto atual. Inclui a coleta de informações por meio de formulários e entrevistas.

Divulgação: Comunicação dos resultados da análise ao público, incluindo um evento virtual para apresentar as descobertas e a realização de uma consulta pública para sugestões da sociedade.

Revisão: Realização de oficinas de cocriação onde representantes do governo e da sociedade colaboram para modificar e adicionar compromissos conforme necessário.

Feedback: Realização de consulta pública para colaboração da sociedade civil sobre o plano atualizado, seguida pela divulgação dos resultados e informando como as contribuições serão integradas ao plano.

Entrega: Conclusão do processo de atualização com a deliberação e aprovação do plano revisado, que será compartilhado amplamente e traduzido antes de ser entregue à OGP.

[Acesse o Portal de Governo Aberto e saiba mais sobre a Revisão do 6º Plano de Ação.](#)

VISITA DA COMITIVA DA OGP

ESTRATÉGIA DE GOVERNO ABERTO DO BRASIL

A Estratégia de Governo Aberto (EGA) do Brasil também esteve presente no debate com a comitiva da OGP e com a sociedade civil, marcando o início dos trabalhos dessa iniciativa pioneira no país.

A EGA consiste em um conjunto de princípios, eixos e diretrizes que visam fortalecer a transparência, a participação social, a colaboração entre governo e sociedade, a responsividade governamental e o espaço cívico.

A CGU iniciou a construção de uma estratégia nacional, no âmbito da Administração Pública Federal, que busca estabelecer diretrizes permanentes para a agenda de Governo Aberto, e que esteja alinhada à Recomendação da OCDE sobre Governo Aberto, da qual o Brasil é signatário e que aponta critérios para que os países desenvolvam uma estrutura de governança propícia para a materialização de suas agendas de Governo Aberto.

A então Diretora de Governo Aberto e Transparência, Flávia Schmidt, destacou o orgulho do Brasil em sua trajetória na OGP e ressaltou o papel fundamental da sociedade civil, historicamente ativa e bem estruturada, além do apoio regional oferecido pela OGP para o avanço da agenda nacional. Schmidt lembrou ainda a recente participação da CGU em reunião da Rede de Estratégias de Governo Aberto da OCDE, em que foi possível conhecer experiências de outros países que já estão implementando suas estratégias. Na ocasião, além do Brasil, representantes dos governos da República Dominicana, Romênia, Finlândia e Canadá também compartilharam suas experiências. Os relatos demonstraram que não há, e nem deve haver, um modelo único para construção de estratégias de Governo Aberto, pois essas estratégias devem refletir as singularidades de cada país em termos de história, cultura, instituições e políticas públicas. Esses países participaram de uma pesquisa, conduzida pela OCDE e pela OGP no primeiro semestre de 2025, com o objetivo de reunir subsídios para orientar as atividades da nova Rede Conjunta OCDE–OGP sobre Estratégias de Governo Aberto.

A Coordenadora-Geral de Promoção de Governo Aberto, Fernanda Calado, ressaltou que a Estratégia de Governo Aberto tem como objetivo institucionalizar a pauta dentro do governo federal, para além dos planos de ação da OGP. “Não existe uma fórmula fixa para a criação de uma estratégia de Governo Aberto. Cada país tem a sua própria dinâmica, sendo fundamental que a estratégia seja construída em conjunto com a sociedade civil”, lembrou Calado.

Durante a conversa, Carolina Cornejo, Coordenadora Regional Sênior da OGP para as Américas, também apresentou a sua visão sobre a Estratégia de Governo Aberto, ressaltando que esse é um instrumento que complementa o Plano de Ação da OGP, pois tem uma abordagem holística e transversal para a incorporação do Governo Aberto no ciclo de políticas públicas e nos diferentes níveis de governo e poderes de Estado. Cornejo ressaltou também a importância de incorporar os valores e as boas práticas do Processo OGP nesse processo.

A EGA mostra-se então como uma oportunidade para traçar uma política de médio e longo prazo com objetivos estratégicos alinhados e marcos mensuráveis, em colaboração com a sociedade civil.

ESTRATÉGIA DE GOVERNO ABERTO

CONTEXTO

O Brasil percorreu um caminho importante que sustenta a construção de uma Estratégia de Governo Aberto, com bases normativas e avaliações que reforçam a necessidade de uma estratégia nacional estruturada.

Desde 2019, ao aderir à Recomendação da OCDE sobre Governo Aberto e implementar a Política Nacional de Governo Aberto, o Brasil vem trilhando o caminho de forma a incorporar, nas políticas e serviços públicos, a transparência pública, a participação social e a responsividade do poder público. Nesse sentido, a Estratégia de Governo Aberto surge como forma de consolidar todo o trabalho que vem sendo realizado e institucionalizar uma política permanente de Governo Aberto, que coloque o cidadão como prioridade e proteja o espaço cívico.

Com previsão de lançamento em 2026, a Estratégia está sendo elaborada pela CGU, em conjunto com o Comitê Interministerial de Governo Aberto (CIGA) e representantes de entidades da sociedade civil que participam do Grupo de Trabalho (GT) Temático de Governo Aberto. Após a fase de elaboração conjunta, a minuta do documento será disponibilizada, por meio de consulta pública, para colaboração de toda a sociedade.

Atualmente, a CGU e os demais órgãos e entidades trabalham na elaboração de diagnóstico, que reúne subsídios da Avaliação da OCDE sobre Governo Aberto no Brasil e de estudos sobre o tema e busca definir eixos temáticos e dimensões estratégicas que orientarão a implementação da EGA.

Confira os principais marcos que embasam a construção da Estratégia de Governo Aberto do Brasil.

Adesão à Recomendação da OCDE

Adesão do Brasil, em 2019, à Recomendação da OCDE sobre Governo Aberto, que prevê a elaboração de uma estrutura de Governo Aberto.

Decreto nº 10.160/2019

Estabelecimento da Política Nacional de Governo Aberto e previsão de desenvolvimento e implementação de uma estratégia de Governo Aberto.

Avaliação da OCDE

Publicação da Avaliação de Governo Aberto do Brasil pela OCDE, em 2022, que recomenda a elaboração de uma Estratégia de Governo Aberto.

Diagnóstico de Governo Aberto

Documento que irá subsidiar o processo de construção da Estratégia de Governo Aberto, com o apoio da SGPR, MJSP, MGI e ENAP*.

* SGPR — Secretaria-Geral da Presidência da República; MJSP — Ministério da Justiça e Segurança Pública; MGI — Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos; ENAP — Escola Nacional de Administração Pública.



VISITA DA COMITIVA DA OGP

3ª EDIÇÃO DO DIÁLOGO COM A SOCIEDADE CIVIL



Encerrando a semana, integrantes da OGP, do governo e da sociedade civil compartilharam suas perspectivas sobre a implementação do 6º Plano de Ação do Brasil no evento “[Diálogo com a Sociedade Civil](#)”, transmitido virtualmente e aberto ao público.

Durante o encontro, os coordenadores dos oito compromissos apresentaram um balanço sobre o andamento de cada compromisso, destacando os resultados alcançados e as perspectivas futuras.

A iniciativa é uma das etapas do [processo de monitoramento do 6º Plano de Ação](#) Nacional. De acordo com as orientações da OGP, o país deve realizar atividades bianuais para apresentar resultados sobre a implementação do Plano de Ação e coletar comentários e contribuições. Esta edição reforçou o espaço de diálogo com a sociedade civil, incentivando o engajamento desse setor no acompanhamento dos compromissos do Plano.

“Acredito que Governo Aberto é o tema que sintetiza e articula todas as dimensões do trabalho da CGU e de outros órgãos de governo na interação com a sociedade. É por meio do Governo Aberto que se integram e se concretizam as ações de integridade, transparência, participação e qualificação da gestão pública, sempre com base no diálogo e na construção conjunta com a sociedade.”

Livia Sobota - Secretária Nacional de Transparência e Acesso à Informação.

O 6º Plano de Ação Nacional é resultado de um esforço de cooperação e construção colaborativa que envolveu 80 instituições, sendo 47 organizações da sociedade civil e 33 entidades do governo.

PRINCIPAIS DESTAQUES DOS COMPROMISSOS APRESENTADOS



COMPROMISSO 1

**Instrumentos para
aprimorar transparência
e participação social nas
políticas públicas de
infraestrutura**

[Saber mais](#)

Em junho de 2025, foi realizada a Reunião de Grupo Focal no âmbito do Plano Nacional de Logística 2050 (PNL 2050). No encontro, representantes da sociedade civil e do governo debateram a logística das cadeias produtivas da sociobiodiversidade, bem como a mobilidade e abastecimento de povos e comunidades tradicionais. As reflexões contribuíram para a fase de diagnóstico do PNL 2050, trazendo informações fundamentais para o planejamento de infraestrutura.

Também foi publicada a [“Nota Técnica: Recomendações de Transparência e Participação Social para o Novo PAC”](#), elaborada por representantes do governo e da sociedade civil. O documento reúne análises e reflexões sobre o tema e propõe recomendações para fortalecer a transparência e o engajamento social no Novo PAC.



COMPROMISSO 2

**Dados para o
Enfrentamento Coletivo
da Corrupção**

[Saber mais](#)

Até o final do segundo trimestre de 2025, várias ações estavam em andamento, com destaque para a articulação interinstitucional voltada a ampliar a transparência sobre emendas parlamentares, renúncias fiscais, acordos de leniência e responsabilização de pessoas e empresas. Houve também avanços como a publicação de novos conjuntos de dados no Portal de Dados Abertos e o início de assessorias técnicas junto ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e à Agência Nacional de Mineração (ANM) para qualificar dados que auxiliam no combate a ilícitos ambientais. Adicionalmente, ações de capacitação alcançaram centenas de servidores públicos e o 1º Concurso de Reúso de Dados Abertos atraiu 79 projetos, fortalecendo o engajamento da sociedade.



COMPROMISSO 3

**Práticas Colaborativas
para a Ciência e a
Tecnologia**

[Saber mais](#)

Em junho de 2025, foi realizada a Reunião de monitoramento do Compromisso 3, ocasião em que o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, por meio da sua Diretoria de Governança Indicadores de C&T, organizou um Workshop sobre Ciência Aberta. O evento seguiu com mesas redondas com as temáticas “Governança de dados da ciência aberta: elementos a serem considerados” e “A geopolítica internacional, o futuro da ciência aberta e as experiências no Brasil”.

No período da tarde, foram discutidos os avanços alcançados em cada marco do Compromisso 3 e a possibilidade de revisão dos marcos existentes. Para tanto, ficou acordado que serão realizadas reuniões com todos os participantes do Compromisso, a serem organizadas pela Diretoria de Governança Indicadores de C&T, coordenadora do Compromisso.



COMPROMISSO 4

Cultura de Acesso à Informação

[Saber mais](#)

A criação da Rede Nacional de Transparência e Acesso à Informação (RedeLAI) marcou um importante passo em direção à promoção da transparência no Brasil, reunindo, até o momento, 44 estados, municípios e entidades da sociedade civil.

Além da formação da RedeLAI, um destaque significativo do compromisso 4 foi o lançamento do "[Guia para o Cumprimento da LAI](#)", que tem por objetivo orientar gestores estaduais e municipais sobre as medidas necessárias para a efetiva implementação da Lei de Acesso à Informação (LAI) nos entes federados.

O Guia aborda dois aspectos fundamentais: a "transparência passiva", que diz respeito ao atendimento a pedidos de acesso à informação, e a "transparência ativa", que se refere à publicação de informações de interesse público nos sites oficiais dos órgãos.



COMPROMISSO 5

Dados de Ações Afirmativas Étnico-Raciais

[Saber mais](#)

Entre os avanços, destacam-se o mapeamento do ecossistema de dados étnico-raciais e a inclusão de módulo sobre cotas nos sistemas de concursos federais. Também está em andamento a construção do modelo de referência para dados étnico-raciais, bem como a articulação para sua institucionalização junto ao Comitê Central de Governança de Dados. Em fase final, encontra-se a avaliação da política de cotas no serviço público federal (2014–2024), realizada em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (Enap), pesquisa que sistematiza dados de uma década e fornecerá subsídios para o aprimoramento da legislação.



COMPROMISSO 6

Educação Digital e Midiática para Pessoas Idosas

[Saber mais](#)

Os atores envolvidos continuam trabalhando na construção coletiva de um documento que estabeleça uma diretriz nacional para o desenvolvimento de ações voltadas para a educação digital e midiática para as pessoas idosas, com previsão de lançamento para este ano. Essa sinergia de parceiros tem promovido também a integração de diferentes ações de instituições relacionadas à temática da educação digital de pessoas idosas.

A educação digital e midiática da pessoa idosa garantirá o protagonismo dessas pessoas rumo a uma sociedade mais inclusiva e democrática, em que cada cidadã e cidadão, independentemente de suas especificidades, possa participar ativamente na vida pública e política do país.



COMPROMISSO 7

Melhores Serviços para Agricultura Familiar

[Saber mais](#)

O Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) lançou, em março de 2025, a nova versão do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF 3.0), um sistema que visa simplificar e agilizar o acesso dos agricultores familiares a políticas públicas e programas do governo.

O CAF 3.0 oferece mais segurança, transparência e facilidade no cadastro, além de integrar dados com outros sistemas do governo federal. O sistema foi modernizado, fornecendo mais detalhes no acesso público, e houve expansão da rede parceira emissora do cadastro. Tudo pensado para facilitar o acesso de agricultores familiares.

Estão sendo oferecidas capacitações, por meio do curso [Introdução ao Cadastro Nacional da Agricultura Familiar](#), que pode ser acessado por meio da plataforma da Escola Nacional de Gestão Agropecuária (Enagro).



COMPROMISSO 8

Participação Social e Educação Popular nos Territórios

[Saber mais](#)

Uma das ações fundamentais para o Compromisso 8, que busca fortalecer a Participação Social com Educação Popular nos Territórios, foi a concretização do seu marco de mapeamento das organizações e entidades que se articulam em rede para promover iniciativas de educação popular. Foram identificadas cerca de 500 iniciativas, presentes em todos os estados e em 134 municípios, que participaram dos Seminários de Educação Popular realizados em cada região do país, com a presença de representantes de todos os estados. Algumas das organizações identificadas, inclusive, integram hoje os Fóruns de Participação Social. No momento, é possível acessar os dados dessas iniciativas, agregados por município.

ENTREVISTA: STEPH MUCHAI

PRIORIDADES GLOBAIS E FORTALECIMENTO DA SOCIEDADE CIVIL NA COPRESIDÊNCIA DA OGP



Em visita ao Brasil, Steph Muchai, copresidente entrante da OGP representando a sociedade civil, ao lado do Brasil, conversou com o Boletim sobre as expectativas para essa liderança conjunta no biênio 2025–2026.

Boletim de Governo Aberto - Em outubro, você inicia seu mandato como copresidente da OGP, ao lado do Brasil. Quais são as prioridades que você vislumbra para o biênio 2025–2026? E como a parceria com o Brasil pode contribuir para enfrentar os desafios atuais da agenda global de Governo Aberto, como a proteção do espaço cívico e o combate à corrupção?

Steph Muchai - Estamos muito entusiasmados em nos preparar para essa copresidência junto ao Brasil, país que tem uma forte trajetória de apoio ao Governo Aberto e é um dos países fundadores da OGP.

Um dos pontos fortes do Brasil é sua atuação em cooperação internacional e sua capacidade de reunir países em torno de temas de interesse internacional e relevância global. Estamos ansiosos para que essa capacidade contribua com a Parceria durante nossa copresidência. Esperamos garantir ação coletiva no âmbito da OGP, convidando os países a desenvolver e implementar compromissos que promovam uma ambição coletiva nas áreas temáticas de seu interesse.

Nosso foco é melhorar as condições de vida por meio da Parceria para Governo Aberto, observando os desafios do contexto geopolítico atual. Estamos de acordo que a prioridade é apoiar a cidadania. Queremos assegurar que a vida dos cidadãos, ao redor do mundo, seja protegida diante das mudanças nas realidades geopolíticas.

Portanto, queremos proteger esses meios de vida, que incluem, naturalmente, questões econômicas centrais, como a oferta de bens e serviços públicos pelos governos, promovendo transparência e participação e fortalecendo a confiança entre governos e cidadãos. O combate à corrupção é uma das áreas nas quais o Brasil assumiu compromisso em seu plano nacional e estamos ansiosos para que esses esforços internos encontrem eco no palco global, servindo de exemplo para que outros países se engajem nessa agenda tão relevante.

Como sabemos, a corrupção desvia muitos recursos que deveriam beneficiar os cidadãos e que acabam não chegando a quem mais precisa. Queremos assegurar que os recursos públicos sejam utilizados com responsabilidade, especialmente neste momento de grandes transformações globais. Este é um momento para que a Parceria fortaleça a vontade política em torno da transparência, participação, inovação e engajamento cidadão com seus governos e com os temas que importam.

Boletim de Governo Aberto - Na sua visão, como você avalia o papel da sociedade civil na formulação e implementação de políticas de Governo Aberto? E como você pretende, como copresidente da OGP, representante da sociedade civil, contribuir para fortalecer esse protagonismo em diferentes contextos nacionais e regionais?

Steph Muchai - Vivemos um período em que a sociedade civil enfrenta desafios de resiliência no mundo todo. O financiamento se tornou um obstáculo para muitos trabalhos importantes da sociedade civil. Como Parceria, queremos pensar em como apoiar a sociedade civil, que é um ator-chave no modelo e na implementação da OGP, para que possam continuar esse trabalho essencial e, ao mesmo tempo, desenvolver abordagens sustentáveis e resilientes para suas atividades.

Percebemos também uma tendência preocupante em que alguns governos estão optando por se fechar, adotando práticas mais autoritárias para governar seus cidadãos, e queremos atuar para alcançar esses países, promovendo a vontade política necessária para fortalecer a transparência, a participação pública e a inovação, assegurando que governos atuem de forma participativa, ouvindo seus cidadãos e representando suas necessidades nas políticas e práticas governamentais.

Esperamos um envolvimento ainda mais robusto da sociedade civil, mesmo em meio a este contexto de dificuldades. Não temos dúvidas de que essa comunidade continuará resiliente, representando os interesses dos cidadãos no âmbito da Parceria. Convidamos nossos colegas no Comitê Diretor da OGP e os países membros da Parceria a assegurar a vontade política doméstica e global para avançar na agenda compartilhada da OGP.

BRASIL NA LIDERANÇA GLOBAL DA OGP

COPRESIDÊNCIA FOCARÁ NO FORTALECIMENTO DA DEMOCRACIA, DA TRANSPARÊNCIA E DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O Brasil assumirá, em outubro, na Espanha, durante a Cúpula Global da Parceria para Governo Aberto (OGP), a copresidência do Comitê Diretor da OGP, ao lado da representante da sociedade civil Stephanie Muchai, do International Lawyers Project. A copresidência da OGP é sempre composta por um representante governamental e outro da sociedade civil, que dividem responsabilidades na condução estratégica da Parceria global.

O governo brasileiro receberá a copresidência da OGP dos atuais líderes, Governo da Espanha e representante da sociedade civil, Cielo Magno. Ao assumir essa função, o trabalho brasileiro será guiado pela Declaração de Governo Aberto e pela Estratégia 2023–2028 da OGP, com ênfase especial em apresentar as perspectivas e experiências do Sul Global, manter um forte compromisso com a democracia e promover temas-chave como transformação do Estado, fortalecimento da capacidade do serviço público, compras públicas abertas e transparência em infraestrutura.

A Controladoria-Geral da União (CGU) exercerá o papel de órgão coordenador da representação brasileira, articulando o diálogo com os demais países membros, organizações multilaterais e a sociedade civil. Entre os objetivos estão o fortalecimento da implementação dos planos de ação nacionais de governo aberto, a promoção da participação social nos processos decisórios e a disseminação de boas práticas de abertura governamental, tanto no Brasil quanto no plano internacional.

A CGU também articula com diversos ministérios uma agenda de copresidência alinhada aos princípios da Parceria, com destaque para o desenvolvimento da Estratégia de Governo Aberto, que será conduzida paralelamente à copresidência, com participação da sociedade civil, representada pelo [GT Temático de Governo Aberto](#), e do governo, representado pelo Comitê Interministerial de Governo Aberto.

O ministro da CGU, Vinícius Marques de Carvalho, ressaltou que “a copresidência representa uma oportunidade importante para o país promover temas-chave, como a transformação do Estado, o fortalecimento da capacidade de o serviço público oferecer governo aberto e a promoção de iniciativas como compras públicas abertas e transparência em infraestrutura”.

A OGP é uma iniciativa internacional, cofundada pelo Brasil em 2011, que reúne governos e organizações da sociedade civil em prol de uma governança mais transparente, participativa, inclusiva e responsável. Atualmente, a Parceria conta com a adesão de 74 países e 150 governos locais.



PROGRAMA FELLOWSHIP OEA

Foi dada a largada para o Programa Fellowship OEA sobre Governo Aberto e Mudanças Climáticas! A iniciativa selecionou 25 jovens lideranças de todas as regiões do Brasil para fortalecer a governança democrática e enfrentar os desafios das mudanças climáticas, por meio da transparência, da participação cidadã e da inovação em políticas públicas.

A jornada de formação teve início, em junho, com o curso virtual “Introdução ao Governo Aberto Fellowship OEA em Dados Abertos com Foco em Mudança Climática”, que trouxe apresentações nas temáticas de governo aberto, dados abertos e participação cidadã. Os jovens continuam em trabalho intensivo, até novembro, desenvolvendo soluções práticas e inovadoras, de impacto global e voltadas para desafios climáticos reais.



CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE JUSTIÇA ABERTA 27 E 28 DE AGOSTO

A cidade de Santo Domingo, na República Dominicana, sediará, nos dias 27 e 28 de agosto, a Conferência Internacional de Justiça Aberta, evento organizado pela Rede Internacional de Justiça Aberta e pelo Poder Judiciário da República Dominicana, com o apoio da OGP.

O evento será presencial e aberto à participação de todas as pessoas interessadas, que podem se inscrever pelo [site da Rede](#). A agenda da Conferência será publicada em breve.

CÚPULA GLOBAL DA OGP 2025 DE 7 A 9 DE OUTUBRO

O Governo da Espanha sediará a Cúpula Global da Parceria para Governo Aberto (OGP) 2025. O evento acontecerá na cidade de Vitória-Gasteiz e reunirá mais de 2.000 representantes de alto nível de governos, líderes da sociedade civil e formuladores de políticas de todo o mundo para trocar experiências, melhores práticas e progressos em iniciativas de Governo Aberto. O Brasil marcará presença no evento, ocasião em que também assumirá a copresidência da OGP.

Além da programação principal, a Cúpula contará uma série de eventos paralelos, incluindo sessões plenárias, painéis temáticos e mesas-redondas sobre temas como democracia, direitos digitais e integridade pública. Acesse o [site](#) do evento e saiba mais.

